



Ciência & Saúde Coletiva

ISSN: 1413-8123

cecilia@claves.fiocruz.br

Associação Brasileira de Pós-Graduação  
em Saúde Coletiva

Brasil

Peixoto Ribeiro, Adalgisa; Ramos de Souza, Ednilsa; Alves Bahia, Camila  
Eventos accidentais: desafios para as políticas públicas, de vigilância e de prevenção  
Ciência & Saúde Coletiva, vol. 21, núm. 12, diciembre, 2016, p. 3646  
Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva  
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63048571001>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## Eventos accidentais: desafios para as políticas públicas, de vigilância e de prevenção

Os acidentes afetam direta e indiretamente as condições de saúde dos indivíduos e dos grupos populacionais. Constituem um conjunto diverso de eventos que reduzem os anos de vida produtiva, geram lesões e sequelas, muitas vezes irreversíveis, e produzem elevado número de mortes que poderiam ser evitadas. No Brasil, desde 2010 os acidentes têm representado aproximadamente 80% das internações realizadas no SUS por causas externas, dentre as quais sobressaem as quedas, com cerca de 45% das hospitalizações, seguidas pelos acidentes de transporte, que perfazem 22%.

Além dos custos sociais e individuais, esses eventos têm exigido do setor saúde uma gama de recursos, das mais diversas ordens, em todos os níveis da atenção e da reabilitação; e investimentos em vigilância para o diagnóstico das demandas cada vez maiores, tanto em termos quantitativos como de complexidade.

Esta edição da revista *Ciência & Saúde Coletiva* apresenta estudos envolvendo os principais acidentes (transporte e quedas) e vai além da atuação tradicional do setor saúde. Abrindo as análises, o tema da segurança no trânsito “sob os auspícios das Nações Unidas”, descortina as expectativas mundiais em relação às contribuições que as políticas públicas na área da saúde podem oferecer para a redução das lesões no trânsito.

Um grupo de artigos analisa os dados produzidos pelo Inquérito VIVA – Vigilância de Violências e Acidentes, em 2014. Esse inquérito, apesar de ainda não ter uma cobertura total dos atendimentos realizados nos serviços de urgência e emergência brasileiros, contribui expressivamente para o conhecimento de informações estratégicas que não são registradas no Sistema de Informação Hospitalar/SIH, nem no Sistema de Informação sobre Mortalidade/SIM. Realizado anteriormente em 2006, 2007, 2009 e 2011, o inquérito de 2014 reafirma a necessidade de continuidade e ampliação da vigilância epidemiológica para eventos accidentais, como também das violências. Os artigos que se debruçaram sobre o VIVA Inquérito apontam para os desafios em relação às vítimas mais vulneráveis das lesões produzidas nos transportes, como os motociclistas, os ciclistas e os pedestres; bem como os perfis e as características dos pacientes, das lesões e dos atendimentos dispensados aos que sofrem acidentes de transporte e quedas. Dois grupos especiais foram focalizados nessas análises, o das crianças e o dos indígenas.

Outros artigos, também de importância singular, oferecem análises sobre os acidentes de transporte abordando os fatores de risco para a ocorrência desses eventos e o uso de equipamentos de segurança. Foco especial foi dado aos motociclistas que, atualmente, formam uma categoria altamente vulnerável a lesões e mortes em seu deslocamento no trânsito.

Os artigos temáticos desta edição não pretendem esgotar as discussões e as análises sobre esses eventos, mas nos indicam alguns desafios a serem superados no contexto brasileiro, latino americano e mundial. Os desafios que se apresentam são de diversas ordens, desde a qualificação da atenção demandada, atenção pós-trauma (incluindo o diagnóstico epidemiológico das sequelas geradas pelos acidentes e a reabilitação física e psíquica), até a garantia de equidade na atenção oferecida.

Por fim, após 15 anos de criação da Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências, pelo Ministério da Saúde, é importante identificar sua conexão com as orientações atuais das duas Conferências das Nações Unidas sobre segurança no trânsito. O texto da política contém orientações sobre a transversalidade do tema em todos os programas e projetos do setor, a intersetorialidade da atenção à saúde das vítimas, a melhoria da qualidade das informações produzidas, a sensibilização para o monitoramento estratégico dos eventos e o acompanhamento e a avaliação das ações empreendidas.

Adalgisa Peixoto Ribeiro, Edinilda Ramos de Souza, Camila Alves Bahia  
*Editoras convidadas*